



Comunicação e política: um olhar crítico

Na contemporaneidade, as implicações para a dinâmica social da relação entre comunicação e política, muitas vezes problemática, têm sido evidenciadas por diferentes abordagens críticas. O esvaziamento de sentido do debate político, provocado pelo excesso de exposição midiática, é um exemplo de como essa crítica pode ser apresentada. Além da espetacularização da participação política, o controle da visibilidade tem sido observado como forma de exercício autoritário do poder por agentes públicos e privados. O medo, o ódio e outros sentimentos extremos provocados de forma deliberada comovem e convencem o público, o que tem respaldado decisões e ações de exceção em meio a democracias consolidadas que eram tidas como exemplares. Isso é favorecido pelo controle, exercido de forma clara ou não, dos espaços de visibilidade, que inclui sobretudo a mídia tradicional.

A interferência da comunicação na política, bem como o uso da comunicação pela política, são duas vertentes de um fenômeno criticado amplamente pela academia, que se coloca como espaço de análise e, em algumas situações, de denúncia. Assim, a perspectiva crítica da relação entre comunicação e política, em seus desdobramentos para a sociedade, sob o tema *Comunicação e política: um olhar crítico*, foi escolhida para esse número da Revista de Estudos Universitários.

Postas essas considerações, vieram as contribuições que seguem. Iniciamos com o artigo intitulado *Deliberação no contexto da qualidade da democracia: elementos para estudos em comunicação pública e política*, de autoria de Patrícia Guimarães Gil e Heloiza Matos Nobre. No artigo, as autoras sustentam a ideia de que a comunicação pública de teor político é considerada essencial para a renovação democrática e enfatizam a contribuição teórica das reflexões apresentadas para a compreensão da qualidade democrática que pode vir com a aproximação dos cidadãos às instituições democráticas.

Em *Projetos políticos emancipatórios e cultura da memória no capitalismo contemporâneo*, Felipe Correa de Mello vale-se de análises de instalações do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* de Santiago, Chile, para tratar do fenômeno da

mercantilização da memória e do potencial educativo e político da memória coletiva referente a acontecimentos que violaram os direitos humanos. As imagens ganham um tratamento especial nas reflexões do autor.

Débora Mestre, Paula Parra e Wilton Garcia, em *Por uma política da diversidade no campo contemporâneo da comunicação e da cultura*, apresentam um ensaio crítico sobre política da diversidade, sendo que a noção de diversidade é tratada como alteridade, diferença e transgressão.

Em seguida, adentramos o universo midiático. *Os valores-mesmos de Veja* é o título do artigo de Wagner Belmonte, na qual o enunciador Veja apresenta a sociedade norte-americana como um modelo a ser seguido, como um referencial de nação para o Brasil, enfatizando que nos valores-mesmos estão as diretrizes do pensamento liberal dessa sociedade.

Em *A arquitetura do AI-5: os militares, o movimento estudantil e a imprensa*, Maria Ribeiro do Valle trata do Movimento Estudantil, de 1968, no Brasil, abordando aspectos referentes ao governo, à imprensa e à população. Nessa interface, a autora destaca o papel do jornal impresso *Correio da Manhã*.

Ainda no cenário dos movimentos estudantis, Maria Ribeiro do Valle, Bruno Perozzi da Silveira, Luiza Bedê Barbosa e Sérgio Luiz Gusmão Gimenes Romero, em artigo intitulado *Identidade e participação: apontamentos sobre a experiência política das ocupações secundaristas de 2015*, apresentam reflexões sobre democracia, cidadania e identidade, partindo do pressuposto de que vivemos a mundialização da cultura. Nesse contexto, os autores trazem à baila relações entre Estado e participação política, durante as ocupações de escolas promovidas pelos secundaristas do Estado de São Paulo, em 2015. Eles destacam o papel das redes sociais nesse movimento, que é por eles visto como uma significativa possibilidade de participação política.

Em *A comunicação do MST: de organizador coletivo a instrumento de formação*, Alexandre Barbosa mostra como os meios de comunicação, do jornal impresso ao muralismo e passando pela internet, estruturam a comunicação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), indo além da informação, ou seja, contribuindo para a formação ideológica e política dos seus integrantes.

Sobre acontecimentos recentes no contexto político do Brasil, João Paulo Hergesel e Míriam Cristina Carlos Silva, em *Carne Fraca via SBT: como a emissora narrou o início dessa operação?*, exibem as diferenças nas narrativas de telejornais da emissora SBT, com o propósito de determinar, em função das marcas estilísticas, o segmento que os programas pretendem alcançar. Eduardo Luís Correia, em *O "jornalismo de guerra" na configuração da narrativa do noticiário em tempos de impeachment*, elabora uma análise da narrativa com o objetivo de mostrar que o jornal *O Globo* valeu-se dessa modalidade de narrativa – jornalismo de guerra – na cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff, enfatizando que a chamada Operação Lava-Jato foi o elemento condutor da narrativa.

Ainda nesse contexto, o artigo intitulado *A compra do silêncio: o escândalo político em torno do áudio de Michel Temer*, de Deysi Ciocari e Vanderlei de Castro Ezequiel, aborda a relação entre política, espetáculo e escândalo na cobertura midiática do acontecimento do dia 18 de maio de 2017, quando um áudio, com a participação do presidente Michel Temer, foi divulgado pela imprensa.

Em *Discurso de ódio na tribuna da Câmara dos Deputados*, Deysi Ciocari e Vanderlei de Castro Ezequiel, após tratar conceitualmente o discurso do ódio, analisam a presença desse discurso no cenário político brasileiro.

Segue aos artigos, a entrevista com Pedro B. A. Dallari, professor titular de Direito Internacional e Diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, que coordenou os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada para esclarecer as graves violações dos direitos humanos, ocorridas nos anos de 1946 a 1988, principalmente o período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Na entrevista concedida à Revista de Estudos Universitários - REU -, Dallari além de esclarecer como foram desenvolvidas as atividades também enfatizou a importância de contar com a imprensa na repercussão do caminho desse trabalho de investigação.

Por fim, a resenha da obra *Pesquisas em comunicação pública e política: vertentes teóricas e metodológicas*, publicado pela ECA/USP, em 2016, organizado por Heloiza Matos, oferece ao leitores, em seus doze artigos, “interfaces entre a comunicação pública e a comunicação política, com base em autores que tratam da teoria da deliberação como eixo para a compreensão de fenômenos sociais decorrentes do processo da globalização, que afetam o exercício da cidadania e nos conduzem a uma reflexão sobre o atual estágio da comunicação pública e política brasileira”, como explica Ethel Shiraishi Pereira, autora da resenha.

Agradecemos aos autores e aos avaliadores, bem como à equipe editorial. Valiosas foram as contribuições da Prof. Dra. Mara Rovida Martini (vice-editora), Silmara Silva, Vilma Franzoni e Cláudio Barroso, para que esse número da Revista de Estudos Universitários (REU) viesse a ser agora apreciado por você leitor!

Maria Ogécia Drigo

Editora